

PREGÃO ELETRÔNICO SPPREV

90006/2026

CONTRATANTE (UASG): SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV
(000532302)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA SOB REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, A SEREM EXECUTADOS NA SEDE DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 495.039,13 (QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, TRINTA E NOVE REAIS E TREZE CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **02/04/2026** às **09h30min** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

PREGÃO ELETRÔNICO SPPREV Nº 90006/2026

(Processo Administrativo SEI nº 152.00021795/2025-77)

Torna-se público que a **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV** –, por meio da **GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO**, sediada na **Avenida Rangel Pestana, nº 300, 13º andar, Sé, São Paulo/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA SOB REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, A SEREM EXECUTADOS NA SEDE DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA**, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e não definidos como serviços de engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. *Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).*

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. *É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.*

3.3. *A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.*

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

3.5. *Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:*

3.5.1. *Para o grupo único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. *Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. *O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.*

3.9. *No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.*

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. *Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.*

4.3. *No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:*

4.3.1. *está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;*

4.3.2. *não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;*

4.3.3. *não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;*

4.3.4. *cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

4.4. *O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.*

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5. *A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.*

4.6. *Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.*

4.7. *Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.*

4.8. *Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.*

4.9. *Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.*

4.10. *O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.*

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. *O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:*

5.1.1. *Valor unitário e total do item.*

5.2. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.*

5.3. *Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.*

5.4. *Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.*

5.5. *Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.*

5.6. *As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.*

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. *A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.*

5.8. *O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.*

5.9. *Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.*

5.10. *O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.*

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

GRUPO ÚNICO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
1	Copeira/Copeiro	R\$ 3,00
2	Carrinho de transporte	R\$ 5,80
3	Pano de prato	R\$ 0,06
4	Pano de chão	R\$ 0,05
5	Detergente líquido	R\$ 0,02
6	Esponja de limpeza	R\$ 0,02
7	Álcool Líquido 70%	R\$ 0,14
8	Açúcar refinado	R\$ 0,04
9	Açúcar em sachê	R\$ 0,01

10	<i>Adoçante em sachê</i>	R\$ 0,01
11	<i>Adoçante líquido</i>	R\$ 0,05
12	<i>Café em pó, torrado e moído</i>	R\$ 1,40

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. *Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).*

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. *Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.*

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. *Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.*

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. *Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:*

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. *Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCLAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.*

7.3. *Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).*

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. *Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.*

7.5. *Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.*

7.6. *Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.*

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. *Será desclassificada a proposta vencedora que:*

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. *Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:*

7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.9.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) *Comunicado Conjunto referente à Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, firmado entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de São Paulo (SEAC-SP) e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (SIEMACO-SP).*

7.9.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.9.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.9.7. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.9.8. *Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.*

7.9.8.1. *O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.*

7.9.9. *Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:*

7.9.9.1. *cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;*

7.9.9.2. *comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.*

7.9.10. *O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.9.11. *O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.*

7.9.12. *Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.10. *Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.*

7.11. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.12. *Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.*

7.12.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. *Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.*

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. *Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.2.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. *Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.*

8.3. *Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.*

8.4. *Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).*

8.5. *Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*

8.6. *O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.*

8.7. *A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.*

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. *É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).*

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. *A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.*

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. *A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.*

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. *Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):*

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. *Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.*

8.13. *Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.*

8.14. *Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.*

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. *A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.*

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. *A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.*

11.2. *O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.*

11.3. *Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:*

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. *Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.*

11.5. *O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

11.6. *Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.*

11.7. *O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.*

11.8. *O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.*

11.9. *O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.*

11.10. *Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico <https://sei.sp.gov.br>.*

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. *Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:*

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. *Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:*

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:*

- (1) Multa Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. *As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.*

12.6. *Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.*

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. *A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.*

12.20. *A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).*

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. *Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.*

13.2. *A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte correio eletrônico: spprev.daf-gpj@sp.gov.br.*

13.3. *As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.*

13.3.1. *A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.*

13.4. *A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

13.4.1. *As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.*

13.5. *Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.*

13.6. *A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.*

13.7. *A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.*

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. *Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.1.1. *Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.*

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. *a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo.*

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) mês, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.2.1. *O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.*

14.2.2.2. *O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

14.2.2.3. *Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.*

14.2.3. *Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.4. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

- 14.3. *Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.*
- 14.4. *Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.*
- 14.5. *Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.*
- 14.6. *A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.*
- 14.7. *As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.*
- 14.8. *Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.*
- 14.9. *Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.*
- 14.10. *Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.*
- 14.11. *No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.*
- 14.11.1. *As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.*
- 14.11.2. *O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 14.12. *Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.*
- 14.13. *O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.spprev.sp.gov.br.*
- 14.14. *Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.*
- 14.15. *Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:*
- 14.15.1. *ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;*
- 14.15.1.1. *ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;*
- 14.15.1.2. *ANEXO I.2 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR);*
- 14.15.1.3. *ANEXO I.3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;*

- 14.15.2. *ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;*
- 14.15.3. *ANEXO III – MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA;*
- 14.15.4. *ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;*
- 14.15.5. *ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO;*
- 14.15.6. *ANEXO VI – DECRETO ESTADUAL N° 69.328, DE 22 DE JANEIRO DE 2025;*
- 14.15.7. *ANEXO VII - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.*

São Paulo, 17 de março de 2026.

ANDRE MOURA ROBLES
Diretor de Administração e Finanças

FABRIZIO DE QUEIROZ ARAUJO
Analista em Gestão Previdenciária
Subscritor do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

(Processo Administrativo nº 152.00021795/2025-77)

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de copeiragem, mediante disponibilização de postos de trabalho com alocação de mão de obra sob regime de dedicação exclusiva, com fornecimento de insumos, a serem executados na sede da São Paulo Previdência – SPPREV, localizada na Avenida Rangel Pestana, nº 300, abrangendo parte do 11º andar, bem como o 12º e o 13º andares, em grupo único, por meio da disponibilização dos seguintes postos de trabalho, observadas as condições, exigências e demais elementos técnicos constantes do presente Termo de Referência, em conformidade com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público, consagrados na Lei nº 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO POSTO/DIA	VALOR TOTAL
1	Copeira/Copeiro	14397	Posto/dia	3 postos	R\$ 294,71	R\$ 275.185,50

MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTO DE USO CORRENTE

1.2. A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, todos os itens constantes da tabela abaixo, exceto o carrinho de transporte, cuja substituição será obrigatória apenas na hipótese de defeito ou avaria que comprometa sua funcionalidade, devidamente constatada pela fiscalização do contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (15 meses)
1	Carrinho de transporte	unidade	01	01	R\$ 583,33	R\$ 583,33
2	Pano de prato	unidade	02	30	R\$ 6,26	R\$ 187,80
3	Pano de chão	unidade	02	30	R\$ 4,81	R\$ 144,30
4	Detergente líquido	frasco 500 ml	04	60	R\$ 2,48	R\$ 148,80
5	Esponja de limpeza	unidade	02	30	R\$ 1,74	R\$ 52,20

6	Álcool Líquido 70%	frasco 1 litro	01	15	R\$ 13,96	R\$ 209,40
---	--------------------	----------------	----	----	-----------	------------

INSUMOS DE USO CORRENTE

1.3. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer os insumos, nas quantidades estimadas e solicitadas pelo fiscal do Contrato, observando as especificações a seguir estabelecidas:

ITEM	PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL (15 MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Açúcar refinado	kg	20	300	R\$ 4,33	R\$ 1.299,00
2	Açúcar em sachê	pacote	100	1500	R\$ 0,07	R\$ 105,00
3	Adoçante em sachê	pacote	50	750	R\$ 0,26	R\$ 195,00
4	Adoçante líquido	frasco	8	120	R\$ 4,74	R\$ 568,80
5	Café em pó, torrado e moído	KG	100	1500	R\$ 144,24	R\$ 216.360,00

1.4 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.5 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.6 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como prestação de serviços comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.8. O prazo de vigência da contratação será de 15 (quinze) meses, contados a partir da data da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção contratual e atendido o interesse público.

1.9. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

Subcontratação

1.10. O(A) Contratado(a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, incluindo a definição dos quantitativos necessários, encontra-se detalhadamente descrita em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, o qual constitui apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 09041213000136-0-000001/2026;
Data de publicação no PNCP: 12/06/2025;
Id do item no PCA: 51;
Classe/Grupo: 859 – Outros Serviços de Suporte;
Identificador da Futura Contratação: 532302-3/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados os requisitos estabelecidos no Tópico 4 e 6 do Estudo Técnico Preliminar.

Garantia da contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

*I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;*

*II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;*

*III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;*

*IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;*

*V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.*

4.3.1 A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato.

5.1.2 A contratada será responsável pelo controle da jornada e do horário das atividades dos profissionais disponibilizados, sendo obrigatório o uso de ponto biométrico ou outro sistema eletrônico equivalente que garanta a confiabilidade das informações.

5.1.3. A forma de execução do contrato, encontra-se pormenorizada nos tópicos 4 e 6 do Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na: Avenida Rangel Pestana, 300 - 11º (uma ala), 12º e 13º andares- Centro - São Paulo - SP - CEP 01017-911.

5.2.1. Os endereços podem ser alterados ao longo do contrato, em caso de necessidade, para qualquer unidade da SPPREV dentro da Cidade de São Paulo.

5.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **os postos deverão ser estrategicamente definidos pela Fiscalização do contrato, entre o horário das 7:30 até as 19 horas, assegurando a cobertura ininterrupta. Deverá haver substituição imediata de empregados ausentes, afastados e desligados.**

Rotinas a Serem Cumpridas

5.3. A execução do objeto contratual deverá atender, de maneira contínua e estrita, às rotinas operacionais definidas para os postos de trabalho objeto da contratação, em conformidade com o disposto no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, o qual integra de forma indissociável o presente Termo de Referência.

5.3.1. As referidas rotinas abrangem o conjunto de atividades, procedimentos e padrões operacionais próprios de cada função, devendo ser executadas com diligência, eficiência, assiduidade e em estrita observância às normas de segurança, higiene e conduta aplicáveis à Administração Pública.

5.3.2. O descumprimento injustificado das rotinas estabelecidas sujeitará a contratada à aplicação das sanções previstas no instrumento contratual e na legislação vigente, sem prejuízo das demais responsabilidades de natureza administrativa, civil e trabalhista.

Materiais a Serem Disponibilizados

5.4. Para assegurar a correta e plena execução dos serviços contratados, caberá à contratada fornecer, às suas próprias expensas, de forma contínua e em quantidade suficiente, todos os materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas indispensáveis à prestação dos serviços, observando-se os requisitos de qualidade, durabilidade, funcionalidade e segurança estabelecidos pela Administração.

5.4.1. Os materiais disponibilizados deverão atender integralmente às especificações técnicas, aos quantitativos e à periodicidade definidos no Estudo Técnico Preliminar, Anexo A deste Termo de Referência, e conforme solicitado pela fiscalização do contrato, o qual integra o presente instrumento para todos os efeitos legais, com fornecimento mensal.

5.4.2. Constatada pela fiscalização do contrato a necessidade de substituição ou complementação de materiais danificados, vencidos, inadequados ao uso ou em quantidade inferior à exigida, a contratada deverá proceder à reposição imediata, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes.

5.4.3. Fica expressamente proibida a utilização de materiais em padrão de qualidade inferior ao previsto neste Termo de Referência, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a substituição dos insumos que não atendam às exigências contratuais ou legais.

Dos Uniformes

5.5. Toda equipe deverá obrigatoriamente utilizar o uniforme fornecido pela CONTRATADA conforme previsto na alínea j, do item 4, do Estudo Técnico Preliminar, Anexo A deste Termo de Referência, devendo ainda fornecer crachá de identificação compatível com os controles de acesso fornecido pela CONTRATANTE, cuja lâmina de identificação será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.6 Os uniformes deverão ser fornecidos, às expensas exclusivas da contratada, a todos os empregados vinculados à execução contratual, sendo vedada qualquer forma de repasse de custos ao trabalhador, a qualquer título, nos termos da legislação trabalhista vigente.

5.6.1. As peças deverão ser confeccionadas com tecidos de boa qualidade, com resistência ao uso diário, lavagens frequentes e compatíveis com o desempenho das atividades laborais, obedecendo aos seguintes parâmetros mínimos:

- a) Tecido durável, de gramatura média, com composição que permita transpiração e mobilidade;
- b) Cores discretas e uniformes, preferencialmente com identificação visual da contratada (logomarca) e do contrato;
- c) Tamanhos adequados à compleição física dos trabalhadores, com possibilidade de ajustes, quando necessário.

5.6.2. A entrega dos uniformes deverá ser formalizada mediante recibo individualizado, contendo a assinatura do trabalhador beneficiado. Cópia do referido recibo, acompanhada do original para conferência, deverá ser encaminhada ao servidor designado como fiscal do contrato, para fins de controle e arquivamento.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.1. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.7. O preposto deverá comparecer ao local de prestação de serviços, pelo menos a cada 15 (quinze) dias para fins de acompanhamento.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º, e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei nº 14.133, de 2021](#), artigo 117, § 2º).

6.13.1. A atividade fiscalizatória abrangerá, além das obrigações contratuais expressamente previstas, as seguintes rotinas:

- a) Verificação da assiduidade e pontualidade dos profissionais designados pela contratada;
- b) Conferência do uso adequado e regular dos uniformes e equipamentos obrigatórios;
- c) Controle da efetiva execução das atividades diárias atribuídas a cada posto de trabalho;
- d) Checagem da qualidade dos materiais fornecidos e sua compatibilidade com as especificações;
- e) Avaliação da conduta e postura profissional dos empregados, com base nos princípios da urbanidade, disciplina e respeito às normas internas do órgão contratante;
- f) Registro de não conformidades, deficiências operacionais ou descumprimentos contratuais, com comunicação formal à contratada para adoção de medidas corretivas;
- g) Análise periódica do cumprimento das rotinas estabelecidas no item 4 do Estudo Técnico Preliminar;

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

6.15. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços *através do FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE SERVIÇOS*, conforme previsto no **Anexo B para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos**.

6.16. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.18. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.19. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.21. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

6.22. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.23. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#) ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), artigo 17, parágrafo único, 6).

6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017](#), c/c a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022](#), e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.25. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, II e III).

6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, IV).

6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.31. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela [Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#):

6.31.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.31.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.31.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.31.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

6.31.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

6.31.1.5. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;

6.31.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.31.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.31.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.31.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.31.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.31.3 Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.31.3.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.31.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

6.31.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.31.3.4. Comprovações de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.31.3.5. Comprovações de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.31.4 O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.31.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.31.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

6.31.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.31.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.31.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.32. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.33. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.34. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.35. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.35.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

6.35.2 Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.35.3 Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.36. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.37. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.38. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.39. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.40. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.40.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

6.41. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.41.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.41.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.41.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.42. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.43. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.44. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.45. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.46. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.48. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.49. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.50. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.51. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.52. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.53. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE SERVIÇOS conforme previsto no Anexo A para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1 Após a apresentação correta dos quantitativos e valores apurados no “FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE SERVIÇOS” (Anexo A), o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA no prazo de até 05 (cinco) dias úteis o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente fatura.

7.1.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional a irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis e poderão ser aplicadas:

7.1.2.1. Por valor unitário, quando referentes ao serviço posto/dia.;

7.1.2.2. percentualmente em relação ao valor apurado da prestação de serviços quando referentes ao não cumprimento integral ou parcial das obrigações contratuais avaliadas no “FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE SERVIÇOS”, observados os critérios estabelecidos no instrumento;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) não tenha produzido os resultados acordados;
- b) tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou
- c) tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no IMR, para avaliação da prestação dos serviços, constante no Anexo A deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, ‘a’, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.15.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.24. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.30.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.32.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.5. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.15. Prova de regularidade com a Fazenda, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 8.18. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.19. *Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

- a) *Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*
- b) *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;*
- c) *Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

8.19.1 *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.*

8.19.2 *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

8.19.3 *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.20. *Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme **modelo que acompanha o Edital** de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:*

- a) *A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*
- b) *Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.*

8.20.1 *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).*

8.21 *O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnico-Operacional

8.22. *Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;*

8.22.1 *Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):*

8.22.1.1. *Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;*

8.22.1.2. *Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

8.22.2 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o art. 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;*

8.22.3 *Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;*

8.22.4 *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;*

8.22.5 *O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;*

8.23. *Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;*

8.24. *A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e a disciplina sobre o tema.*

Outras comprovações

8.25. *Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:*

- a) *cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);*
- b) *atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

8.26. *Tratando-se de consórcio:*

8.26.1 *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) Designação do consórcio e sua composição;
 - b) Finalidade do consórcio;
 - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
 - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
 - f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
 - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
 - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.
- 8.26.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 8.26.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.26.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 495.039,13 (QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, TRINTA E NOVE REAIS E TREZE CENTAVOS), conforme custos unitários apostos nas tabelas acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/ Unidade: 53057 /532302

II) Fonte de Recursos: 180281001 / 180240001

III) Programa de Trabalho: 09122530357520000 - Administração SPPREV.

IV) Elemento de Despesa: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

V) Plano Interno: 000.000.0100

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNA STEFANO MANDROTE

Requisitante

FABIO GOMES IWAGOE

Requisitante



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA



DOUGLAS PADOVANI

Requisitante

Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 14:13:21.

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 152.00021795/2025-77

2. Descrição da necessidade

2.1 A presente solicitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de copeiragem, com fornecimento de insumos**, a serem executados na sede da São Paulo Previdência – SPPREV, localizada na Avenida Rangel Pestana, nº 300, em parte do 11º andar, 12º e 13º andar, **em grupo único**, conforme condições, quantitativos e exigências a serem estabelecidos no **Termo de Referência – TR**.

2.2. Os serviços caracterizam-se como de natureza continuada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destinam a atender necessidade pública permanente e contínua, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, sendo essenciais para a manutenção da integridade do patrimônio público e para o regular funcionamento das atividades finalísticas da autarquia.

2.3. Trata-se de serviço comum, visto que as atividades a serem executadas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, são usualmente ofertadas pelo mercado e executadas por profissionais cujas ocupações são legalmente reconhecidas e com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

2.4. Destaca-se que não temos profissionais destinadas a execução dos serviços de copeiragem e a ausência desses serviços comprometeria diretamente a qualidade, a eficiência e a continuidade das atividades finalísticas do órgão, assim, ao delegar atividades operacionais e de suporte a profissionais terceirizados, os servidores efetivos terão maior disponibilidade para atuar nas áreas que demandam expertise especializada e alinhamento direto com os eixos estratégicos, assegurando resultados ainda mais relevantes e impactantes para a instituição.

2.5. Ademais a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Copeiragem, com fornecimento de insumos, justifica-se pela necessidade de aquisição e fornecimento de insumos de copa aos servidores e colaboradores, possibilitando o bem estar e um melhor ambiente de trabalho, a motivação e à saúde dos mesmos, além de propiciar a redução de custos da aquisição e armazenamento dos insumos e eventuais desperdícios de alimentos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Supervisão de Logística e Manutenção	Samuel Batista Costa
Diretoria de Administração e Finanças	Andre Moura Robles

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de contratação de serviços de copeiragem, em regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra e com fornecimento de insumos previstos no termo de referência e deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, indispensáveis para assegurar a adequada execução do objeto:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SÃOPAULO PREVIDÊNCIA



4.2. **Objeto:** Prestação de serviços de apoio operacional, abrangendo os postos de: **Copeira/Copeiro** – 3 (três) postos.

4.3. **Regime de Execução:**

- Serviços prestados de forma contínua, conforme escala e jornada definidas pela contratante (deverá ser estrategicamente dividida entre o horário das 7:30 até as 19 horas);
- Substituição imediata de empregados ausentes, afastados ou desligados;
- Fornecimento de uniformes adequados às estações do ano e aos riscos da atividade, sem ônus ao trabalhador;
- Disponibilização de preposto para comparecimento a cada 15 (quinze) dias e sempre que convocado pela fiscalização.

4.4. **Qualificação Técnica da Mão de Obra**

- Comprovação de experiência compatível com as funções a serem desempenhadas;
- Treinamento prévio em boas práticas de atendimento, higiene e segurança no trabalho;
- Cumprimento das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

4.5. **Insumos e Equipamentos**

- Fornecimento integral dos materiais listados no Anexo A, com qualidade mínima especificada e substituição imediata quando inservíveis;
- Equipamentos e utensílios em perfeitas condições de uso e higiene.

4.6. **Fiscalização e Controle de Qualidade**

- Medição do desempenho com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme metas e métricas definidas no Termo de Referência;
- Entrega mensal de relatórios de execução contendo indicadores de produtividade e qualidade.

4.7. **Conformidade Legal e Contratual**

- Observância integral à Lei nº 14.133/2021, à legislação trabalhista e previdenciária, bem como às normas ambientais e de segurança aplicáveis;
- Atendimento imediato às orientações e determinações da fiscalização contratual.

4.8. **Das atribuições e requisitos das funções de Copeira/Copeiro:**

- **Escolaridade:** Ensino Médio Completo
- **Carga horária** 40 horas semanais por posto
- **Unidade de medida:** Posto/Dia
- **Experiência mínima:** 1 ano
- **Capacitação desejável:** Conhecimento em uso racional de insumos e práticas de sustentabilidade

4.9. **Rotina de Trabalho**

a. Preparação e fornecimento de bebidas:

- Preparar café, chá e outras bebidas quentes ou frias, observando padrões de qualidade, temperatura e apresentação;
- Abastecer, em intervalos regulares, as garrafas térmicas destinadas ao consumo interno, garantindo a oferta de café (com e sem açúcar) e água quente para chá;
- Distribuir bebidas em reuniões, eventos e demais atividades institucionais, assegurando a apresentação visual adequada;
- Recolher as garrafas térmicas de café nas alas que se utilizarem desses serviços, na primeira hora da manhã e da tarde;
- Providenciar que as garrafas sejam repostas até às 09:00 horas no período da manhã e até às 14:30 horas no período da tarde (aproximadamente 16 garrafas no período da manhã e 08 no período da tarde)

b. Atendimento em reuniões e eventos

- Atender solicitações e servir café, chá e água durante reuniões de diretoria e eventos oficiais, adotando postura cordial, discreta e eficiente;
- Montar e organizar pontos de apoio (mesas de café, balcões de atendimento) conforme a necessidade e o protocolo institucional.

c. Organização e higienização

- Manter a copa e os pontos de apoio permanentemente limpos, higienizados e organizados, incluindo bancadas, mesas, armários, pias e eletrodomésticos;
- Lavar, secar e armazenar adequadamente copos, xícaras, talheres, jaras e demais utensílios, utilizando detergente neutro biodegradável e seguindo padrões sanitários;
- Realizar limpeza periódica de geladeiras, frigobares, máquinas de café e bebedouros, prevenindo acúmulo de resíduos ou odores.

d. Controle de insumos e estoque

- Monitorar estoques de insumos e utensílios (café, açúcar, adoçante, chás, etc.), solicitando reposição ao supervisor/preposta da empresa com antecedência;
- Organizar o armazenamento de forma a garantir rotatividade e conservação, evitando perdas e desperdícios;
- Utilizar insumos seguindo critérios de racionalidade e sustentabilidade.

e. Acondicionamento e descarte de resíduos

- Acondicionar corretamente resíduos em sacos plásticos adequados, depositando-os nos recipientes com tampa para posterior recolhimento;
- Separar resíduos recicláveis e orgânicos conforme normas ambientais e orientações do órgão contratante.

f. Zelo e conservação de equipamentos e utensílios

- Utilizar utensílios e equipamentos com cuidado, evitando danos e prolongando sua vida útil;
- Comunicar imediatamente ao supervisor/preposta da contratada qualquer defeito ou falha técnica que possa comprometer a execução dos serviços.

g. Cumprimento de normas de higiene e segurança

- Apresentar-se uniformizado(a), com higiene pessoal rigorosa, cabelos presos e sem adornos que possam oferecer riscos;
- Adotar procedimentos de higienização das mãos antes e após o manuseio de alimentos e utensílios;
- Observar todas as orientações de segurança no uso de equipamentos e produtos de limpeza.

h. Sustentabilidade e uso racional de recursos

- Utilizar de forma racional a água, energia elétrica e produtos de limpeza;
- Evitar desperdícios e contribuir para a redução do impacto ambiental nas atividades da copa.

i. Conduta profissional e sigilo

- Manter postura ética, cordialidade, paciência e discrição no trato com servidores, visitantes e autoridades;
- Guardar sigilo sobre informações obtidas em razão do desempenho da função;
- Abster-se de executar atividades não previstas no contrato.

j. Uniforme Padrão por Posto:

Camisa social manga ¾, 100% algodão	3
Calça social cós alto com bolso ou saia em sarja preta (até o joelho)	3
Suéter preto	3
Touca com aba de filó preta, 100% poliéster	2
Avental impermeável e antitérmico preto (uso exclusivo da copa)	2

4.10. Regras Gerais e Condições de Trabalho

4.10.1. Apresentação e Identificação

Todos os profissionais deverão utilizar, obrigatoriamente, uniforme completo e crachá de identificação funcional, ambos fornecidos pela contratada, sem qualquer custo ao trabalhador;
Os uniformes deverão estar limpos e em bom estado de conservação, atendendo às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência;
Todos os empregados deverão estar devidamente registrados e com vínculo formal de trabalho, observando-se integralmente a legislação trabalhista vigente e as normas da categoria profissional.

4.10.2. Substituição de Profissionais

A contratada deverá garantir a substituição do profissional ausente por motivo de falta, afastamento, férias, licença médica ou qualquer outro impedimento, ressaltando que, a substituição deverá ocorrer sem prejuízo da qualidade e continuidade dos serviços, de forma que todos os postos de trabalho permaneçam ocupados durante a jornada contratada.

4.10.3. Carga Horária e Escalas

A jornada padrão será de 40 horas semanais para todos os postos devendo ser observada a convenção coletiva e a legislação trabalhista aplicável.

Poderão ser estabelecidos horários ou escalas diferenciadas de trabalho, desde que observadas as necessidades administrativas e a legislação vigente, sendo necessário garantir a cobertura integral dos turnos e atividades, de acordo com as demandas operacionais.

4.10.4. Fornecimento de Materiais e Insumos

A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, produtos de limpeza e higienização necessários à execução dos serviços.
Os insumos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas previstas no termo de referência/contrato e serão fornecidos nas quantidades determinadas pelo Fiscal do Contrato.

4.10.5. Padrão de Execução dos Serviços

Os serviços deverão ser executados com eficiência, pontualidade, discrição, cortesia e zelo, refletindo positivamente a imagem institucional da Autarquia.

É vedada a execução de atividades alheias ao escopo do contrato durante o expediente.

4.10.6. Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

A contratação em regime de dedicação exclusiva visa: a) maior interação e integração com as equipes; b) retenção e desenvolvimento de conhecimento operacional; c) agilidade na comunicação e no esclarecimento de demandas e d) vantagem para a Administração Pública pela continuidade e qualidade na prestação do serviço.

4.11. Funções e Responsabilidades Operacionais

Os postos devem ser distribuídos em turnos para assegurar cobertura integral do expediente.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para o atendimento da demanda especificada, foram levantadas as seguintes alternativas:

5.1.1 Alternativa 1: Atividades com empregados da SPPREV.

a) Descrição: Proceder às atividades a serem contratadas com os empregados na própria SPPREV.

b) Pontos positivos: Execução com profissionais do próprio quadro da SPPREV proporcionaria, a princípio, uma execução mais

concatenada com os interesses da Administração.

c) Pontos negativos: A SPPREV não possui em seu quadros empregados para exercício da função de copeiragem, o que impossibilita a escolha desta alternativa.

5.1.2. Alternativa 2: Contratação de apoio técnico-operacional, de forma continuada, com mão de obra dedicada e fornecimento de insumos

a) Descrição: Contratação de 3 postos de trabalho terceirizados, com mão de obra em dedicação exclusiva, de apoio técnico-operacional para exercer a prestação dos serviços de copeiragem.

b) Pontos positivos:

b.1) o profissional contratado, necessariamente, possuirá a qualificação necessária para desenvolvimento das atividades, seguindo os padrões e exigências de qualidade do contrato, bem como a segurança do trabalho durante a execução dos serviços.

b.2) Haverá supressão dos postos em caso de faltas, férias e demais afastamentos legais, garantindo a continuidade da prestação dos serviços;

b.3) Os insumos serão fornecidos imediatamente e em quantidades adequadas evitando desperdícios, garantindo o estoque permanente, não esbarrando em possíveis dificuldades de aquisição ou atrasos decorrentes das compras realizadas por procedimentos licitatórios;

c) Pontos negativos: Necessidade de acompanhamento e fiscalização contratual permanente dos postos de trabalhos contratado, controlando a presença e jornada estabelecida, bem como avaliando a qualidade dos serviços e resultados.

5.2. Além do acima exposto, o objeto da presente contratação demanda competências profissionais amplamente disponíveis no mercado de trabalho, não exigindo qualificação técnica especializada ou de difícil obtenção. As atividades inerentes aos serviços de copeiragem, bem como o fornecimento dos insumos necessários à sua execução e a adequada destinação dos resíduos gerados, inclusive por meio de logística reversa, são rotineiramente ofertadas por empresas especializadas no segmento.

5.3. Constata-se que o mercado é amplamente competitivo, com expressivo número de fornecedores aptos à prestação dos serviços na região metropolitana de São Paulo, o que favorece a ampla concorrência e viabiliza a realização de pesquisa de preços com base em parâmetros reais e atuais.

5.4. A solução que melhor atende às necessidades da Administração, em consonância com as práticas adotadas pelos órgãos Estaduais, consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de copeiragem, com fornecimento integral dos insumos necessários, em **lote único**, observadas as condições e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência – TR.

5.5. Os padrões de desempenho e qualidade exigidos para a execução do objeto podem ser definidos de forma objetiva no instrumento convocatório, mediante especificações usuais de mercado, o que caracteriza o objeto como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por meio da modalidade **pregão eletrônico**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, cujos critérios de julgamento poderão ser estabelecidos com base no menor preço.

5.7. Os preços poderão ser auferidos previamente através de contratos similares firmados no âmbito da Administração Pública, com valores efetivamente praticados, utilizados como referência para a composição da estimativa de preços.

Conclusão:

Entende-se que a alternativa 2 seja a mais interessante para o propósito da presente contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução para atendimento das necessidades da SPPREV é simples e corriqueira no mercado, sendo materializada pela empresa contratada mediante

alocação de empregados para desenvolvimento de atividades de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas, assim, a execução se dará por meio da disponibilização de profissionais alocados em postos específicos, devidamente capacitados, uniformizados e identificados, para as seguintes atividades operacionais: preparo e serviço de café, chá, água e atendimento e apoio em reuniões e eventos, recolhimento e higienização de utensílios, assegurando a hospitalidade e protocolo institucional., manutenção da organização e higiene das copas e utensílios, reposição de insumos e cumprimento das rotinas de atendimento.

6.2. A previsão de experiência mínima para o preenchimento dos postos de trabalho especificados neste Termo de Referência tem por objetivo qualificar a contratação, viabilizando maior facilidade de desempenho dos serviços contratados de apoio operacional tudo com a finalidade de atingir os escopos dessa contratação.

6.3. Os serviços serão executados de maneira regular e contínua, de modo a garantir a cobertura integral do expediente, em estrita observância à carga horária estipulada no contrato. Esses serviços serão prestados com o rigor necessário para garantir a qualidade e a eficiência indispensáveis ao suporte das atividades desempenhadas pela SPPREV. A execução dos serviços será realizada em formato presencial.

6.3.1 Local de Execução Presencial:

6.3.1.1. SPPREV - Sede: Endereço: Avenida Rangel Pestana, 300 - 11º (uma ala), 12º e 13º andares- Centro - São Paulo - SP - CEP 01017-911, ou outro endereço dentro da Capital de São Paulo, que a Contratante possa vir a ocupar.

6.3.1.2 A contratada será responsável por fornecer todos os materiais, utensílios e equipamentos necessários para a execução, nas quantidades e especificações definidas no Anexo A, mantendo-os em perfeitas condições de uso e substituindo-os sempre que necessário. O desempenho dos serviços será monitorado por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com aferição mensal e aplicação de descontos ou sanções em caso de descumprimento dos padrões estabelecidos.

6.3.2. Responsabilidades da Contratada:

6.3.2.1. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA aperfeiçoar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços a serem praticados de modo que a CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pela prestação dos serviços contratados, de forma regular, rotineira e contínua, durante toda a vigência contratual, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução, cabendo também:

- a) Manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições que culminaram em sua contratação;
- b) Implantar dentro do prazo fixado neste projeto os respectivos postos de trabalho relacionados, nos horários fixados na escala de serviços elaborada pela Contratante;
- c) Supervisionar permanentemente a execução dos serviços de maneira estruturada, mantendo suporte durante o horário comercial para atender eventuais necessidades e assegurar a continuidade dos serviços;
- d) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- e) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para atender aos seus funcionários em casos de acidentes ou mal súbito;
- f) Disponibilizar a quantidade prevista de postos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, devidamente registrados em carteira de trabalho;
- g) Fornecer empregados que atendam aos requisitos de qualificação indicados para cada função;
- h) Capacitar e treinar os profissionais a serem alocados nos postos contratados, inclusive nos casos de reposição/substituição de postos;
- i) Fornecer profissionais adequados ao desenvolvimento dos trabalhos, bem como orientar os funcionários que estes assumam diariamente os postos devidamente trajados, portando crachá com fotografia recente, e com aparência pessoal adequada, fornecendo os respectivos crachás;
- j) instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;
- k) Efetuar a reposição dos profissionais nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- l) Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade de seus empregados;
- m) Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, comprovantes de pagamentos de salário, a quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE, por força deste contrato;
- n) Fornecer vale ou reembolso de despesa/auxílio alimentação em conformidade com a convenção coletiva vigente;
- o) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- p) Afastar, após notificação, todo empregado que, a critério da CONTRATANTE, proceder de maneira desrespeitosa para com os servidores desta, além do público em geral, garantindo que o mesmo não seja remanejado para outro serviço da CONTRATADA na CONTRATANTE;
- q) Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

- r) Manter regular e atualizado seu cadastro e documentação junto aos órgãos competentes, cumprindo todas as exigências legais e operacionais estabelecidas por estes;
- s) Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto ou empregado que atuará como líder dos serviços, com competência para manter entendimentos, receber comunicações ou transmiti-las ao gestor incumbido do acompanhamento e da fiscalização do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foi definida com base no levantamento realizado pela área requisitante, conforme tabelas abaixo:

7.1.1. Postos de trabalho:

ITEM	POSTO/ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA	QUANT. POSTO	VALOR UNITÁRIO Posto/dia (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL 15 MESES
1	Copeira/Copeiro	40 horas semanais	3	R\$ 294,71	R\$ 18.345,70	R\$ 275.185,50

7.1.2. Materiais e utensílios:

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer os materiais e utensílios, nas quantidades estimadas e solicitadas pelo fiscal do Contrato, observando as especificações a seguir estabelecidas:

Do Carrinho de transporte:

Para distribuição de café, em estrutura de aço inox, com alça para manuseio, 3 prateleiras, 2 prateleiras ajustáveis, rodas e travas, proteção acima das rodas de 10 cm para não danificar as paredes, rodas sólidas com amortecimento de PVC, cobertura das prateleiras em polipropileno.

O carrinho de transporte será entregue uma única vez no início da execução dos serviços, ficando a substituição obrigatória na hipótese de defeito ou avaria que comprometa sua funcionalidade, devidamente constatada pela fiscalização do contrato.

Do Pano de Prato

Branco liso, 100% Algodão, 75x50cm

Do Pano de chão

Branco, saco alvejado, 45x65 cm

Do Detergente líquido

Detergente lava-louças, neutro, sem perfume, biodegradável, 500 ml

Da esponja de limpeza

Esponja de limpeza para louças, não risca, antibacteriana

Do Álcool

Álcool líquido de 70% (v/v), sem perfume, incolor, em frasco de 1L

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Mensal Estimada	Quantidade Total (15 meses)	Valor total
1	Carrinho de transporte	unidade	01	01	R\$ 583,33
2	Pano de prato	unidade	02	30	R\$ 187,80
3	Pano de chão	unidade	02	30	R\$ 144,30
4	Detergente líquido	frasco	04	60	R\$ 148,80
5	Esponja de limpeza	unidade	02	30	R\$ 52,20
6	Álcool 70%	unidade	01	15	R\$ 209,40

7.1.3 Materiais/ insumos

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer os insumos, nas quantidades estimadas e solicitadas pelo fiscal do Contrato, observando as especificações a seguir estabelecidas:

Do café torrado e moído

Café torrado e moído, com característica especial, constituído de grãos arábica 100% selecionados, provenientes de regiões de alta altitude; permitido até 10% de grãos defeituosos; livre de sabor estranho; bebida mole ou superior; aroma característico, intenso e marcante; sabor equilibrado, encorpado, limpo e de finalização prolongada; cor de torra médio-escura a média, ressaltando notas sensoriais finas; qualidade global mínima de 6 pontos; impurezas (cascas e paus) em g/100g máxima de 1%; embalagens com sistema de alto vácuo, ou com o uso de atmosfera inerte ou embalagens que utilizem válvula aromática, que permita a eliminação de oxigênio do interior dos pacotes; validade mínima na data da entrega de 10 meses; produto certificado e acompanhado do selo de qualidade ABIC – Categoria Superior na embalagem; condições em conformidade com Res. SS nº 28/2007; Res. SS nº 31/2007; RDC 277/05; RDC 259/02; RDC 07/11; RDC 14/14 e alterações posteriores; Registro do produto efetuado na Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão vinculado ao Ministério da Saúde (comprovado por publicação no Diário Oficial da União);

Do açúcar refinado

Açúcar; Refinado; Obtido a Partir do Caldo Da Cana de Açúcar; Com Aspecto, Cor e Odor Característicos e Sabor Doce; Não Podendo Apresentar Sujidades, Parasitas e Larvas; Embalagem Primária Plástica Atóxica Devidamente Lacrada; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Resolução Rdc 271/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pela Anvisa - Embalagens de 1kg.

Do açúcar em sachê

Açúcar; Refinado; Obtido a Partir do Caldo Da Cana de Açúcar; Com Aspecto, Cor e Odor Característicos e Sabor Doce; Não Podendo Apresentar Sujidades, Parasitas e Larvas; Embalagem Primária Plástica Atóxica Devidamente Lacrada; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Resolução Rdc 271/05, Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pela Anvisa - Sachês de 5 gramas.

Do Adoçante líquido

Adoçante Dietético; Líquido; Composto de Ciclamato de Sódio, Sacarina Sódica, Água, Sorbitol, Conservante, sem aspartame; Embalagem Primária Frasco Plástico, Atóxico e Lacrado; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforçada; Com Validade Mínima de 20 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12 /01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 271/05 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa - Frasco de 100ml.

Do adoçante em sachê

Adoçante Aspecto Físico: Pó Fino Branco , Ingredientes: Sucralose , Tipo: Dietético - Sachês de 0,6g.

Itens	Produtos	unidade	Quantidade Mensal estimada	Quantidade Total (15 meses)	Valor total
01	Açúcar refinado	KG	20	300	R\$ 1.299,00
02	Açúcar em sachê	pacote	100	1500	R\$ 105,00
03	Adoçante em sachê	pacote	50	750	R\$ 195,00
04	Adoçante líquido	frasco	8	120	R\$ 568,80
05	Café em pó, torrado e moído	KG	100	1500	R\$ 216.360,00

Os itens 02 e 03 serão utilizados exclusivamente para reuniões realizadas no Gabinete da Presidência.

A justificativa da quantidade de insumos foi feita com base no consumo dos últimos anos, resultando em uma média dos insumos utilizados que atendem as copas, na SPPREV com base em aproximadamente 500 colaboradores atuando diariamente no prédio e utilizando esses insumos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

Para o dimensionar a demanda de postos e de materiais/insumos foi estimado que os serviços serão prestados, no âmbito do edifício, conforme condições abaixo:

Diariamente, para atendimento de aproximadamente **500 (quinhentas)** pessoas, sendo servidores, autoridades e visitantes;

Eventualmente, para atendimento de seminários, palestras, encontros, etc., nas Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos, serão inclusos os custos do fornecimento de uniformes aos empregados;

Os materiais/insumos serão fornecidos mediante solicitação e faturadas a parte no mês correspondente;

Os equipamentos para a cocção e distribuição da bebida café, serão disponibilizados pelo órgão, que ficarão sobre a responsabilidade da Contratada, inclusive com os encargos de manutenção, se comprovadamente houver por mau uso.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 495.039,13

8.1. A estimativa de quantidades e valores da contratação está prevista no campo 7.1, cujo valor total estimado é de R\$ 495.039,13 (QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, TRINTA E NOVE REAIS E TREZE CENTAVOS) para o período de **15 meses**.

8.2. A estimativa das quantidades foi definida com base no levantamento realizado pela área requisitante, considerando: a demanda atual de colaboradores, o histórico de consumo de mão de obra e insumos e a otimização dos recursos humanos e materiais, assegurando a execução adequada das atividades previstas.

8.3 Para a estimativa da contratação foram utilizados os contratos: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026 - UNESP - IB- CLP; CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20.006/2025 TRE-SP e CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72-154 /2025 - IFSP

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento é recomendado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Todavia, o objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Ademais, é prática comum nesse setor de prestação de serviço as atividades serem executadas por uma única empresa contratada.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SÃOPAULO PREVIDÊNCIA



9.2. A presente contratação não será objeto de parcelamento em lotes ou itens separados, uma vez que o escopo abrange um conjunto integrado de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação apresenta caráter autônomo, não estando diretamente vinculada a outras contratações vigentes ou planejadas que sejam indispensáveis para a sua execução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 09041213000136-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 12/06/2025

Id do item no PCA: 51

Classe/Grupo: 859 – Outros Serviços de Suporte

Identificador da Futura Contratação: 532302-3/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os benefícios pretendidos com essas contratações para a gestão, tanto em termos operacionais quanto estratégicos são: a presente contratação trará benefícios diretos e indiretos a SPPREV, tanto na dimensão operacional quanto na estratégica, assegurando continuidade, qualidade e eficiência na execução das atividades de apoio administrativo e institucional.

12.2 Os principais benefícios a serem alcançados incluem:

a) Melhoria da eficiência operacional

A contratação assegura a disponibilização de equipes devidamente capacitadas e dedicadas exclusivamente à execução dos serviços, com procedimentos padronizados que garantem atendimento homogêneo e de qualidade em todas as dependências do órgão, bem como a pronta resposta às demandas de reuniões, eventos e necessidades internas, com flexibilidade para adaptação a situações extraordinárias.

b) Continuidade e confiabilidade do serviço

A contratação garante cobertura integral dos serviços durante todo o expediente, com substituição imediata de profissionais ausentes, evitando a interrupção das rotinas essenciais e contribuindo para a redução da rotatividade de pessoal, o que favorece a retenção do conhecimento e da experiência relacionados às práticas e aos protocolos internos do órgão.

c) Melhoria da imagem institucional

Atendimento cordial e profissional a servidores, autoridades e visitantes, refletindo positivamente na percepção pública sobre o órgão.

d) Cumprimento de requisitos legais e de sustentabilidade

Observância integral às normas trabalhistas e de saúde e segurança no trabalho, garantindo um ambiente de trabalho adequado;
Adoção de práticas de sustentabilidade, como uso racional de água e insumos de limpeza biodegradáveis, contribuindo para a política ambiental do órgão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a execução da presente contratação, deverão ser observadas e implementadas as seguintes providências, de caráter administrativo e operacional:

a) Providências Pré-contratuais

- escolha da modalidade licitatória, observando as etapas previstas na Lei nº 14.133/2021;
- alinhamento, inclusão e compatibilização no Plano Anual de Contratações (PCA) ao planejamento e à previsão orçamentária do órgão;
- Análise e validação jurídica do Termo de Referência, garantindo conformidade legal e técnica;
- Definição da equipe de fiscalização do contrato com atribuições formalmente designadas.

b) Providências para Assinatura e Formalização do Contrato

- Coleta e conferência da documentação de habilitação da empresa vencedora, incluindo comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica;
- Formalização do contrato administrativo e respectivas publicações correlatas;
- Indicação formal de preposto da contratada antes do início da execução, com posterior definição de prazos e emissão da Ordem de Serviço (OS) inicial para início das atividades.

c) Providências Durante a Execução Contratual

- Acompanhamento contínuo pelos fiscais quanto a correta execução dos serviços, com registros em relatório próprio;
- Utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para avaliação de desempenho e com aplicação de eventuais descontos ou sanções;
- Acompanhamento e fiscalização do cumprimento dos casos de substituição de pessoal e fornecimento de insumos, bem como, cumprimento da jornada de trabalho;
- Realização de reuniões periódicas com o preposto para alinhamento e solução de eventuais não conformidades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Impactos Ambientais Potenciais e Medidas de Mitigação

A execução dos serviços objeto da presente contratação poderá ocasionar impactos ambientais de natureza direta e indireta, especialmente em razão do consumo de recursos naturais, da geração de resíduos sólidos e da utilização de produtos químicos. Tais impactos, embora considerados de baixa magnitude, demandam a adoção de medidas preventivas e mitigadoras, em conformidade com os princípios da sustentabilidade ambiental e da eficiência administrativa.

14.1 Consumo de Recursos Naturais

O desenvolvimento das atividades poderá implicar:

- Consumo de água decorrente da higienização de utensílios, equipamentos e ambientes de copa;
- Consumo de energia elétrica para o funcionamento de equipamentos eletroeletrônicos, tais como cafeteiras, geladeiras, bebedouros e sistemas de iluminação;
- Utilização de matérias-primas na confecção de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Medidas Preventivas e Mitigadoras:

- Adoção de práticas de uso racional da água e da energia elétrica, incluindo a orientação e o treinamento dos profissionais envolvidos na execução dos serviços;

Prioridade na aquisição e utilização de equipamentos que possuam selo de eficiência energética reconhecido;

- Preferência por uniformes confeccionados com materiais duráveis, de maior vida útil e, sempre que possível, recicláveis ou provenientes de fontes sustentáveis.

14.2 Geração de Resíduos Sólidos

As atividades contratadas poderão resultar na geração dos seguintes tipos de resíduos:

- Resíduos comuns, tais como copos descartáveis, papéis e embalagens diversas;
- Resíduos recicláveis, incluindo embalagens plásticas de insumos de limpeza e de alimentos;
- Resíduos não recicláveis, como esponjas, luvas descartáveis e outros materiais de uso único.

Medidas Preventivas e Mitigadoras:

- Implantação e manutenção de sistema de segregação e coleta seletiva de resíduos, assegurando a destinação ambientalmente adequada de recicláveis e rejeitos;
- Redução progressiva do uso de materiais descartáveis, com substituição por alternativas reutilizáveis, sempre que tecnicamente viável;
- Adoção de procedimentos adequados para o recolhimento e descarte de embalagens e resíduos provenientes de produtos de limpeza, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

14.3 Uso de Produtos Químicos

A utilização de produtos de limpeza, tais como detergentes, saponáceos e desinfetantes, poderá representar risco de poluição ambiental, especialmente em caso de armazenamento, manuseio ou descarte inadequados.

Medidas Preventivas e Mitigadoras:

- Utilização de produtos devidamente registrados nos órgãos competentes e com menor potencial de impacto ambiental;
- Capacitação dos profissionais quanto ao uso correto, à diluição adequada e ao descarte ambientalmente seguro desses produtos;
- Observância das normas ambientais e sanitárias aplicáveis, minimizando riscos ao meio ambiente e à saúde humana.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justificativa da Viabilidade

a) Viabilidade Técnica

A solução proposta (serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra) é plenamente exequível, com ampla oferta no mercado e as especificações técnicas, rotinas e atribuições devem ser detalhadas no Termo de Referência, possibilitando a seleção de fornecedores qualificados e capazes de atender aos padrões de qualidade exigidos.

b) Viabilidade Operacional

O modelo de contratação permitirá cobertura integral das demandas, com reposição imediata de pessoal em casos de faltas e afastamentos, assegurando continuidade dos serviços e a dedicação exclusiva da equipe facilitará a gestão e a integração com os setores internos.

c) Viabilidade Econômica e Financeira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SÃOPAULO PREVIDÊNCIA



Os preços estimados estão compatíveis com a média praticada no mercado, conforme levantamento de preços anexado, atendendo ao princípio da economicidade.

d) Viabilidade Legal

O procedimento licitatório deverá observar integralmente as disposições da e demais normas correlatas, garantindo transparência, isonomia e demais preceitos previstos na Lei nº 14.133/2021 de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO GOMES IWAGOE

Requisitante

DOUGLAS PADOVANI

Requisitante

Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 09:21:56.

ANEXO I.2

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE COPEIRAGEM

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento estabelece os critérios, procedimentos e parâmetros a serem observados na gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação do desempenho do contrato de prestação de serviços de copeiragem, por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), com vistas a assegurar a adequada execução contratual, a qualidade dos serviços prestados e a conformidade com as obrigações assumidas pela contratada.

1.2. As atividades previstas neste Anexo deverão ser realizadas periodicamente pela equipe designada para a fiscalização da execução dos serviços, com a elaboração de relatórios mensais de acompanhamento e avaliação dos serviços prestados, os quais deverão ser encaminhados à CONTRATADA e ao gestor(a) do contrato.

2. OBJETIVO

2.1. Definir e padronizar a avaliação de desempenho e da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços.

3. REGRAS GERAIS

3.1. A avaliação da CONTRATADA na prestação dos serviços de copeiragem será realizada por meio da análise dos seguintes aspectos:

- 3.1.1. Desempenho profissional;
- 3.1.2. Desempenho das atividades; e
- 3.1.3. Gerenciamento.

4. CRITÉRIOS

4.1. No formulário de avaliação da qualidade dos serviços, deverão ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) ou 0 (zero) a cada item avaliado, correspondentes, respectivamente, aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”.

Conceito	Pontuação
Bom	3 (três)
Regular	1 (um)
Péssimo	0 (zero)

5. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

5.1. Desempenho Profissional

Avalia a conduta, postura e apresentação dos profissionais alocados na execução dos serviços, incluindo a adequação do uso de uniforme e identificação, bem como a correta execução das atividades contratadas.

- **Qualificação/Atendimento/Postura:** 30%
- **Uniformes e identificação:** 30%
- **Execução dos serviços:** 40%
- **Total:** 100%

5.2. Desempenho das Atividades

Mede a qualidade e a eficiência na execução dos serviços, considerando os seguintes critérios e respectivos pesos:

- **Atendimento às ocorrências:** 20%
- **Qualidade dos serviços:** 40%
- **Cobertura dos postos nos horários determinados:** 40%
- **Total:** 100%

5.3. Gerenciamento

Verifica a gestão administrativa e operacional da CONTRATADA, considerando os seguintes critérios e respectivos pesos:

- **Gerenciamento das atividades:** 30%
- **Atendimento às solicitações:** 30%
- **Salários, benefícios, obrigações trabalhistas e demais encargos:** 40%
- **Total:** 100%

6. RESPONSABILIDADES

6.1. Equipe de Fiscalização:

6.1.1. Compete à Equipe de Fiscalização avaliar o desempenho da CONTRATADA, por meio da utilização do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, bem como encaminhar toda a documentação pertinente à CONTRATADA e ao(à) gestor(a) do contrato, acompanhada das devidas justificativas para os itens avaliados com as notas 0 (zero) ou 1 (um).

6.1.2. Fiscal(is) do Contrato

- **Fiscal administrativo do contrato:** responsável pela verificação da efetiva realização dos dispêndios relativos aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, bem como dos demais aspectos administrativos do cumprimento do contrato, devendo informar ao fiscal técnico todas as circunstâncias relevantes para o correto preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e para a consolidação da avaliação de desempenho da CONTRATADA.
- **Fiscal técnico do contrato:** responsável pela avaliação da execução do objeto contratual, bem como do desempenho e da qualidade dos serviços prestados; pela consolidação da avaliação de desempenho da CONTRATADA, com a incorporação da avaliação dos aspectos administrativos realizada pelo fiscal administrativo; pela elaboração do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, com a devida apresentação das justificativas para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um); pelo encaminhamento de uma via do Formulário e das respectivas justificativas à CONTRATADA; e pelo envio de toda a documentação pertinente ao(à) gestor(a) do contrato.

6.2. Gestor(a) do Contrato

6.2.1. Compete ao(à) Gestor(a) do Contrato a consolidação e a verificação das avaliações de desempenho recebidas.

6.2.2. São atribuições do(a) Gestor(a) do Contrato:

- Verificar as avaliações de desempenho recebidas;
- Aplicar, na medição correspondente, o respectivo percentual de liberação da fatura, podendo ensejar descontos conforme o desempenho apurado, assegurado o direito à defesa prévia da CONTRATADA;
- Encaminhar as avaliações e demais documentos pertinentes para conhecimento da autoridade competente;
- Solicitar a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o direito à defesa prévia da CONTRATADA; e
- Emitir a Avaliação de Desempenho do Fornecedor, em caráter parcial ou final.

7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

7.1. Compete à unidade responsável, por meio da equipe designada para a fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, realizar o acompanhamento diário da execução dos serviços, registrando e arquivando as informações necessárias, de modo a subsidiar a avaliação mensal da CONTRATADA.

7.2. Compete à unidade responsável, mensalmente e com base no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços elaborado no período, consolidar a avaliação de desempenho da CONTRATADA no âmbito do contrato firmado e encaminhar 1 (uma) via à CONTRATADA, para ciência.

7.2.1. O fiscal do contrato deverá aplicar, na medição correspondente, os descontos cabíveis previstos neste procedimento, assegurado o direito à defesa prévia da CONTRATADA.

7.2.2. Ao final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deverá encaminhar, em até 5 (cinco) dias úteis após o fechamento da medição, o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerado no período, acompanhado das justificativas para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um), à CONTRATADA e ao(à) gestor(a) do contrato.

7.3. Compete ao(à) gestor(a) do contrato emitir, mensalmente e sempre que solicitado, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor, em caráter parcial ou final, com base no quadro-resumo da avaliação, atribuindo à CONTRATADA os seguintes conceitos:

- **Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado:** quando a CONTRATADA obtiver nota final igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e não tiver sofrido a incidência dos percentuais de liberação previstos no item 8;
- **Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado:** quando a CONTRATADA, embora obtenha nota final igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), tiver sofrido a incidência dos percentuais de liberação previstos no item 8;
- **Conceito Geral Péssimo e Desempenho Não Recomendado:** quando a CONTRATADA obtiver nota final inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e tiver sofrido a incidência dos percentuais de liberação previstos no item 8.

8. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

8.1. As faturas apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, para fins de pagamento, ficarão sujeitas à aplicação de percentual de liberação vinculado à Avaliação da Qualidade dos Serviços, nos termos do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme tabela a seguir:

Percentual de Liberação	Condição de Nota na Avaliação
100%	Nota total $\geq 6,75$ pontos.
90%	Nota total ≥ 5 e $< 6,75$ pontos, OU 1 (uma) nota 0 em qualquer dos itens avaliados de cada grupo.
75%	Nota total < 5 pontos, OU mais de 1 (uma) nota 0 em qualquer dos itens avaliados de cada grupo.

Interpretação prática:

- **Nota final igual ou superior a 6,75 pontos:** liberação integral da fatura (100%).
- **Nota final entre 5,00 e 6,74 pontos, ou ocorrência de 1 (uma) falha grave (nota 0) em qualquer item avaliado:** aplicação de desconto de 25% sobre o valor da fatura.

8.2. O fiscal do contrato apurará, em cada medição, o percentual de liberação devido, em conformidade com o procedimento descrito neste Anexo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9. FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Contratada: _____
Responsável pela fiscalização: _____
Gestor do contrato: _____
Número do contrato: _____ Unidade: _____
Período: _____ Data: _____

Grupo 1 - Desempenho profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Qualificação/Atendimento/Postura	30%		
Uniformes e identificação	30%		
Execução dos serviços	40%		
Total	100%		

Grupo 2 - Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Atendimento às ocorrências	20%		
Qualidade dos serviços e materiais/insumos fornecidos	40%		
Cobertura dos postos nos horários determinados	40%		
Total	100%		

Grupo 3 - Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=a x b)
Gerenciamento das atividades	30%		
Atendimento às solicitações	30%		
Salários, benefícios, obrigações trabalhistas e demais encargos	40%		
Total			

Nota Final (somatório das notas para os grupos 1, 2 e 3)			
Nota Final	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do Gestor:	Assinatura do responsável da contratada:

9.1. INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Os itens deverão ser avaliados conforme os critérios estabelecidos a seguir. Para cada item que, no momento da avaliação, não puder ser avaliado, deverá ser atribuído o status de “NÃO AVALIADO”, com a respectiva justificativa devidamente registrada e anexada.

Grupo 1 - Desempenho Profissional

Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)

Item	Crítérios de Avaliação	Notas: Bom (3), Regular (1), Pessimo (0)
------	------------------------	-------------------------------------------------------

<p>Qualificação/ Atendimento/ Postura</p>	<p>Desenvolvimento e cumprimento das atividades dos serviços de copeiragem, conforme definido nas especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no contrato, incluindo, entre outras, as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conduta adequada dos empregados(as) da CONTRATADA no atendimento ao público interno e externo do órgão; • Prontidão no atendimento às solicitações; • Preparação de café, chá e água quente, observando rigorosamente as normas de higiene pessoal e de serviço; • Lavagem dos utensílios da copa, bem como dos equipamentos existentes, tais como máquinas de café, geladeiras, frigobar (se houver), dentre outros, em todas as salas da Presidência, Diretorias e Assessorias; • Montagem, decoração, desmontagem e higienização de 	
----------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

	<p>carrinhos, mesas e bandejas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recolhimento e distribuição diária das garrafas de café em todos os setores solicitados; • Atuação com cortesia, educação e urbanidade; • Assiduidade e pontualidade, com apresentação adequada ao posto de trabalho, devidamente uniformizado(a) e asseado(a); • Proibição do uso de objetos de adorno pessoal, tais como anéis, alianças, relógios, brincos e colares, durante a manipulação de alimentos, devendo ser utilizada máscara de proteção facial, cobrindo nariz, boca e queixo, ao longo do processo; • Proibição de utilização de telefone celular, fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar quaisquer atos que possam contaminar os alimentos, durante o desempenho das atividades; • Observância rigorosa das normas e procedimentos de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, nos termos da RDC ANVISA nº 216/2004; • Prestação dos serviços por ocasião da realização de eventos, sessões, cerimônias, conferências, seminários, recepções, coquetéis, almoços e lanches organizados pelo órgão, quando solicitados; • Comunicação imediata ao preposto da CONTRATANTE de qualquer ocorrência considerada irregular na execução dos serviços; • Atendimento ao Gabinete da Presidência, Diretorias e Assessorias, observadas as peculiaridades das solicitações e as regras de praxe, com a disponibilização de todo o material necessário ao adequado atendimento. 	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>Cobertura dos postos nos horários determinados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de empregados em quantidade necessária, devidamente uniformizados, portando crachá com foto recente e com vínculo formal registrado na Carteira de Trabalho; • Cobertura dos postos nos horários determinados, com a execução das atividades previstas; e • Cumprimento integral dos horários e da frequência de trabalho estabelecidos no contrato e em seus 	
<p>Uniformes e Identificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de uniformes em perfeito estado de conservação, com aparência pessoal adequada e porte de crachá de identificação pessoal com foto recente; • Empregados(as) com aparência e porte compatíveis com o desenvolvimento das atividades; • Utilização de uniformes adequados às tarefas executadas e às condições climáticas. 	

<p>Execução dos Serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Execução dos serviços, fornecimento de materiais e insumos conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e contrato e em seus anexos; • Comunicação imediata à CONTRATANTE de qualquer evento que interfira no adequado andamento dos serviços da copa; • Zelo pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários, utensílios e equipamentos da copa. 	
-------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Grupo 2 – Desempenho das Atividades

Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)

Item	Critérios de Avaliação	<p>Notas:</p> <p>Bom (3), Regular (1), Pessimo (0)</p>
------	------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------

Atendimento às Ocorrências	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento das ocorrências dentro do prazo máximo estabelecido, com a qualidade exigida; • Eficácia da atuação do empregado(a) diante das situações apresentadas; • Garantia de que o empregado(a) que cometer falta disciplinar não permaneça no posto de trabalho nem em quaisquer instalações da CONTRATANTE. 	
Qualidade dos Serviços, materiais e insumos fornecidos	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade dos serviços executados; • Qualidade dos materiais e insumos fornecidos em consonância com a especificação do ETP e Termo de Referência; • Execução dos serviços por empregados(as) devidamente treinados(as). 	

Cobertura dos postos nos horários determinados	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de empregados(as) em quantidade necessária, devidamente uniformizados(as) e portando crachá com foto recente; • Cobertura integral dos postos nos horários estabelecidos; • Cumprimento integral dos horários e da frequência definidos no contrato e em seus anexos. 	
-------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Grupo 3 - Gerenciamento

Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)

Item	Critérios de Avaliação	Notas: Bom (3), Regular (1), Pessimo (0)
Gerenciamento das atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento das atividades operacionais; • Bom relacionamento com a CONTRATANTE, com presteza no atendimento e cumprimento das solicitações previstas; • Execução de supervisão por parte da CONTRATADA, na periodicidade acordada. 	

Atendimento às solicitações	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento às solicitações, conforme as condições estabelecidas no contrato. 	
Salários, benefícios, obrigações trabalhistas e demais encargos	<ul style="list-style-type: none"> • Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, com a apresentação das documentações exigidas, no termo do contrato. 	

9.2. Relatório das Instalações e Quadro-Resumo

Relatório das Instalações

Local(is) de Prestação dos Serviços	Subtotal Grupo 1	Subtotal Grupo 2	Subtotal Grupo 3	Nota Final (soma das notas totais para os Grupos 1, 2 e 3)
Avaliação Global				

Quadro-Resumo

GRUPO	MÊS															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	MÉDIA
GRUPO 1																
GRUPO 2																
GRUPO 3																
TOTAL																

ANEXO I.3

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(em papel timbrado do licitante)

Declaro que o licitante _____ (nome empresarial ou denominação), inscrito no CNPJ sob nº _____, estabelecido em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa / Vigência do Contrato / Valor total do Contrato*

_____/_____/_____/ R\$ _____

_____/_____/_____/ R\$ _____

_____/_____/_____/ R\$ _____

Valor total dos Contratos / R\$ _____

Local e data

(Nome/assinatura do emissor)

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE QUE UM DOZE AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS PELO LICITANTE VIGENTES NÃO É SUPERIOR AO SEU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pelo licitante não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 ≥ 1

Valor total dos contratos *

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior ou igual a 1 (um).

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

(Processo Administrativo SEI nº 152.00021795/2025-77)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, CELEBRADO
ENTRE A SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV – E
.....

A *São Paulo Previdência – SPPREV – autarquia em regime especial*, com sede na AVENIDA RANGEL PESTANA, Nº 300, 13º ANDAR, SÉ, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 09.041.213/0001-36, neste ato representada pela Senhora Presidente, Marina Brito Battilani, nomeada pelo Decreto de 22 de janeiro de 2025, publicado no DOE de 23 de janeiro de 2025, portadora da identificação funcional matrícula nº 30.000, e por seu Diretor de Administração e Finanças, Senhor Andre Moura Robles, nomeado pela Portaria SPPREV nº 76, de 30 de janeiro de 2025, portador da identificação funcional matrícula nº 183, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por* (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., *conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 152.00021795/2025-77 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico SPPREV nº 90006/2026*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **COPEIRAGEM, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA SOB REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, A SEREM EXECUTADOS NA SEDE DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. *Objeto da contratação:*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO POSTO/DIA	VALOR TOTAL
1	Copeira/Copeiro	14397	Posto/dia	3 postos	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.2.1. MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTO DE USO CORRENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (15 meses)
1	Carrinho de transporte	unidade	01	01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Pano de prato	unidade	02	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Pano de chão	unidade	02	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	Detergente líquido	frasco 500 ml	04	60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	Esponja de limpeza	unidade	02	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	Álcool Líquido 70%	frasco 1 litro	01	15	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.2.2. INSUMOS DE USO CORRENTE

<i>ITEM</i>	<i>PRODUTOS</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA</i>	<i>QUANTIDADE TOTAL (15 MESES)</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
1	<i>Açúcar refinado</i>	<i>Kg</i>	<i>20</i>	<i>300</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
2	<i>Açúcar em sachê</i>	<i>pacote</i>	<i>100</i>	<i>1500</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
3	<i>Adoçante em sachê</i>	<i>Pacote</i>	<i>50</i>	<i>750</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
4	<i>Adoçante líquido</i>	<i>Frasco</i>	<i>08</i>	<i>120</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
5	<i>Café em pó, torrado e moído</i>	<i>Kg</i>	<i>100</i>	<i>1500</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados a partir da data da Ordem de Serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério da Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pela Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. *Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:*

- a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) *Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Contratante.

2.1.4. *Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.*

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:*

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para a Contratante na manutenção do contrato, desde que a Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, a Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPC FIPE - Índice de Preços ao Consumidor** -, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. A Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até *01 (um) mês*, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021):

- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;
- III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
- IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *01 (um) mês* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *01 (um) mês*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.13. Observar que constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato.

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pela Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade.
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança da Contratante.
- 9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 9.1.23. Garantir o acesso da Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação.
- 9.1.26. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI –, quando for o caso.
- 9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.

9.1.29. *Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.*

9.1.30. *Autorizar a Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.*

9.1.31. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência.

9.1.32. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

9.1.33. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar à Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.1.34. *Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:*

9.1.34.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

9.1.34.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações.

9.1.35. *Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.*

9.1.36. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.1.36.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando à Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério da Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pela Contratante para fazê-lo.

11.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pela Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pela Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.16. O Contratado autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (8) De 02% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei nº 14.133, de 2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos da Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.
- 13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:
- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.
- 13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.
- 13.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, a Contratante reterá:
- 13.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da Lei n.º 14.133, de 2021); e
- 13.5.1.2. os valores das notas fiscais ou faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.
- 13.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.7. A Contratante poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

13.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pela Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 53057/532302

II. Fonte de Recursos: 180281001

III. Programa de Trabalho: 09122530357520000

IV. Elemento de Despesa: 3390.39

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

- 15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pela Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.*

MARINA BRITO BATTILANI
PRESIDENTE
Representante legal da Contratante

ANDRE MOURA ROBLES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Representante legal da Contratante

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	NÚMERO DE POSTOS	DIAS TRABALHADOS (A)	VALOR UNITÁRIO DO POSTO/DIA (B)	VALOR TOTAL (C)= (A) x (B)
1	<i>Copeira/Copeiro</i>	<i>Posto/dia</i>	<i>3 postos</i>	<i>934</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>

MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTO DE USO CORRENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) x (B)
2	<i>Carrinho de transporte</i>	<i>unidade</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
3	<i>Pano de prato</i>	<i>unidade</i>	<i>02</i>	<i>30</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
4	<i>Pano de chão</i>	<i>unidade</i>	<i>02</i>	<i>30</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
5	<i>Detergente líquido</i>	<i>frasco 500 ml</i>	<i>04</i>	<i>60</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>

6	Esponja de limpeza	unidade	02	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	Álcool Líquido 70%	frasco 1 litro	01	15	R\$ 0,00	R\$ 0,00

INSUMOS DE USO CORRENTE

ITEM	PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL (15 MESES) (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) x (B)
8	Açúcar refinado	Kg	20	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	Açúcar em sachê	pacote	100	1500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	Adoçante em sachê	Pacote	50	750	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	Adoçante líquido	Frasco	08	120	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	Café em pó, torrado e moído	Kg	100	1500	R\$ 0,00	R\$ 0,00

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

ANEXO III.2
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº Processo		152.00021795/2025-77
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	SÃO PAULO/SP
B	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
C	Nº de meses de execução contratual	15
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
Copeiragem	Posto/dia	3
Anexo III-A – Mão-de-obra		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 0,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Serviços de Alimentação
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	___/___/___
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor expresso em reais (R\$)
A	Salário	R\$ -
B	Adicional de Periculosidade	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Hora noturna adicional	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra	R\$ -
G	Intervalo Intra jornada	R\$ -
H	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ -
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor expresso em reais (R\$)
A	Vale Transporte	
	Valor da tarifa de ônibus urbano + metrô (Integração)	R\$ -
	Valor mensal	R\$ -
	Participação do trabalhador (6%)	R\$ -
	Subtotal Mensal	R\$ -
B	Vale refeição	
	Valor mensal	R\$ -
	Dia da categoria - 16 de maio	R\$ -
	Participação do trabalhador	R\$ -
	Subtotal Mensal	R\$ -
C	Cesta básica	
	Valor mensal	R\$ -
	Subtotal mensal	R\$ -
D	Assistência Médica	
	Valor Mensal	R\$ -
	Subtotal Mensal	R\$ -
E	Benefício Social Sindical	
	Valor mensal	R\$ -
	Subtotal Mensal	R\$ -
F	Auxílio creche	
	Valor Mensal	R\$ -
	Subtotal Mensal	R\$ -
G	Norma Regulamentadora nº 07	
	Valor mensal	R\$ -
	Subtotal Mensal	R\$ -
H	Cesta básica II	
	Valor Mensal	R\$ -
	Subtotal Mensal	R\$ -
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS		
3.1	Uniformes	Valor Mensal (R\$)
A	Vestimenta	
	Valor mensal	R\$ -

	Subtotal mensal		R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ -
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ -
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
D	INCRA	0,20%	R\$ -
E	Salário Educação	2,50%	R\$ -
F	FGTS	8,00%	R\$ -
G	Seguro Acid,. Trabalho ou R.A.T.	3,00%	R\$ -
H	SEBRAE	0,60%	R\$ -
TOTAL		36,800%	R\$ -
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias			
4.2	13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13 º Salário	9,359%	R\$ -
B	Adicional de Férias	3,037%	R\$ -
Subtotal		12,396%	R\$ -
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias (36,80% sobre o valor de 4.2 A + 4.2 B)		R\$ -
TOTAL		12,396%	R\$ -
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade			
4.3	Afastamento Maternidade:		Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,036%	R\$ -
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade (36,80% sobre o valor do Afastamento Maternidade)		R\$ -
TOTAL		0,036%	R\$ -
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão			
4.4	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	3,167%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (8%)		R\$ -
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,253%	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	0,009%	R\$ -
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		R\$ -
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,000%	R\$ -
G	Abono por aposentadoria		R\$ -

TOTAL			3,429%	R\$ -
Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor (R\$)
A	Férias		9,112%	R\$ -
B	Ausência por doença		1,535%	R\$ -
C	Licença paternidade		0,037%	R\$ -
D	Ausências legais		0,908%	R\$ -
E	Ausência por Acidente de trabalho		0,028%	R\$ -
F	Outros (especificar)		0,000%	R\$ -
Subtotal			11,620%	R\$ -
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição (36,80% sobre o Subtotal do submódulo 4.5)			R\$ -
TOTAL			11,620%	R\$ -
Quadro – resumo – Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas				
4	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas			Valor (R\$)
4.1	13 º salário + Adicional de férias			R\$ -
4.2	Encargos previdenciários e FGTS			R\$ -
4.3	Afastamento maternidade			R\$ -
4.4	Custo de rescisão			R\$ -
4.5	Custo de reposição do profissional ausente			R\$ -
4.6	Outros (especificar)			R\$ -
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			TOTAL	R\$ -
(M4.T) CUSTO TOTAL DA PLANILHA (FATURAMENTO) PRA EFEITO DE CÁLCULO DO MÓDULO 5 (M1+M2+M3+M4)				R\$ -
MÓDULO 5 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		5,810%	R\$ -
	CUSTO TOTAL DE FATURAMENTO + CUSTOS INDIRETOS		R\$ -	R\$ -
B	Tributos			
	B.1 Tributos Federais			
	B.1 - A PIS		1,650%	R\$ -
	B.1 - B COFINS		7,600%	R\$ -
	B.2 ISS -Cidade de São Paulo		5,000%	R\$ -
	B.3 Outros tributos (especificar)			
C	Lucro		7,200%	R\$ -
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ -
Anexo III – B – Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)	

A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ -
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ -
Subtotal (A + B +C+ D)		R\$ -
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -
VALOR DO POSTO/DIA		R\$ -

Observação: o modelo constante deste Anexo indica de forma exemplificativa os itens de custos e formação de preços sem pré-determinar os respectivos parâmetros, cabendo aos licitantes considerar os parâmetros que lhes sejam aplicáveis.

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)**

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico SPPREV nº 90006/2026, Processo SEI nº 152.00021795/2025-77, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA



São Paulo, _____ de _____ de _____.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela Contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome: _____ Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

ANEXO VI

DECRETO Nº 69.328, DE 22 DE JANEIRO DE 2025

Aprova o Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aprovado o Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica, na forma do Anexo que integra este decreto.

Artigo 2º - A Controladoria Geral do Estado poderá editar normas complementares necessárias à execução deste decreto e divulgar cartilha simplificada, em meios físico e digital, para maior alcance das disposições do Código de Ética.

Parágrafo único - Fica autorizada a edição, pelos órgãos e entidades da Administração direta e autárquica, de orientações específicas, complementares à cartilha simplificada, necessárias à aplicação do Código de Ética em seus respectivos âmbitos.

Artigo 3º - Os representantes do Estado nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público adotarão as providências necessárias ao cumprimento deste decreto, no que couber, em seus respectivos âmbitos.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 60.428, de 8 de maio de 2014.

TARCÍSIO DE FREITAS

Arthur Luis Pinho de Lima

Guilherme Piai Silva Filizzola

Jorge Luiz Lima

Marília Marton Correa

Vinicius Mendonça Neiva

Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

Marcelo Cardinale Branco

Valéria Muller Ramos Bolsonaro

Fábio Prieto de Souza

Natália Resende Andrade Ávila

Andrezza Rosalém Vieira
Lais Vita Mercês Souza
Eleuses Vieira de Paiva
Osvaldo Nico Gonçalves
Marcello Streifinger
Marco Antonio Assalve
Helena dos Santos Reis
Luciane Farias Leite
Marcos da Costa
Caio Mario Paes de Andrade
Rafael Antonio Cren Benini
Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
Gilberto Kassab

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTÁRQUICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Do Código, sua Abrangência e Aplicação

Artigo 1º - O Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica é instrumento de orientação e governança pública, a ser observado como referencial ético e de integridade pelos agentes públicos estaduais, em suas relações internas e externas, sem prejuízo da incidência dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Seção II

Dos Objetivos

Artigo 2º - São objetivos deste Código de Ética:

I - nortear a conduta dos agentes públicos, evitando a ocorrência de quaisquer desvios, em especial, aqueles que possam ensejar a aplicação de sanções;

II - estabelecer e disseminar princípios éticos, de forma a auxiliar os agentes públicos na adoção de decisões e comportamentos íntegros, no âmbito público, nas relações público-privadas e no desempenho de atividades particulares que possam interferir na imagem institucional do órgão ou entidade;

III - fomentar a cultura de integridade na Administração Pública estadual;

IV - incrementar a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

V - aumentar a confiança da população nos órgãos e entidades da Administração Pública estadual.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Artigo 3º - O exercício de cargo, emprego ou função públicos deverá observar os seguintes princípios e valores fundamentais:

I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e eficiência;

II - neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica;

III - transparência, reforçando o compromisso com a boa governança e o interesse público;

IV - otimização dos recursos disponíveis, preservação e defesa do patrimônio público e proteção socioambiental;

V - comprometimento com a promoção da cidadania e da inclusão;

VI - probidade e responsabilidade;

VII - zelo pela imagem institucional dos órgãos e entidades.

CAPÍTULO III

DAS CONDUTAS ESPERADAS

Artigo 4º - São condutas esperadas dos agentes públicos:

I - respeitar e cumprir as normas que regem seu vínculo funcional, em regime presencial ou em teletrabalho, em especial:

a) ser assíduo;

b) observar modalidade e horário de sua jornada de trabalho;

c) atender, nos prazos e condições estabelecidas, demandas para elaboração e entrega de trabalhos, assim como mensagens, ligações e solicitações para participação de reuniões e de outras atividades relacionadas às suas competências, durante o horário de expediente;

d) tratar as pessoas com urbanidade, respeito, gentileza e prontidão;

e) utilizar linguagem clara e apropriada ao contexto, em qualquer forma de comunicação institucional;

f) manter iniciativas colaborativas e proativas;

g) contribuir para prevenir qualquer forma de preconceito ou discriminação;

II - ser íntegro e contribuir para o fortalecimento da cultura de integridade, adotando, inclusive, as seguintes providências:

a) comunicar, imediatamente, ao canal adequado, a ocorrência de fato ou ato contrário à legislação;

b) prevenir conflitos de interesses, devendo informar à autoridade competente qualquer caso que possa assim ser configurado;

c) agir de forma imparcial e objetiva;

d) zelar pela transparência pública;

e) observar o dever legal de sigilo e preservação de informações privilegiadas;

f) portar-se de maneira discreta e guardar reserva sobre assuntos tratados no ambiente de trabalho;

g) observar as normas específicas acerca do recebimento de brindes e presentes;

h) utilizar os bens e materiais públicos de acordo com suas finalidades e necessidades de interesse público;

III - atuar com profissionalismo, inclusive, mediante adoção das seguintes práticas:

a) aperfeiçoar-se contínua e permanentemente para o exercício das funções públicas;

b) manter-se atualizado em relação à legislação, procedimentos e avanços tecnológicos pertinentes à sua área de atuação;

c) compartilhar, sempre que permitido, informações úteis ao desenvolvimento ou à melhoria dos fluxos de trabalho;

d) zelar pela entrega de trabalhos e realização de atividades com qualidade técnica;

IV - fazer uso das mídias digitais, dos recursos tecnológicos e de informação com responsabilidade, empregando as seguintes cautelas:

a) manter postura seletiva, criteriosa e respeitosa em suas publicações, de modo a não ensejar comprometimento da imagem ou da credibilidade do órgão ou entidade ou dos demais agentes públicos;

b) abster-se de utilizar os canais de comunicação institucional para fins particulares ou divergentes do interesse público;

c) conhecer e respeitar as políticas de segurança da informação e de uso dos recursos tecnológicos;

d) utilizar os sistemas eletrônicos a que tenha acesso em razão de suas atribuições, exclusivamente para o desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento de deveres funcionais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 5º - As condutas que possam configurar violação ao presente Código de Ética serão apuradas nos termos da legislação vigente.

Artigo 6º - Cabe à Controladoria Geral do Estado e às Unidades de Gestão de Integridade dirimir dúvidas relacionadas às disposições deste Código de Ética.

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº Processo		152.00021795/2025-77
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	SÃO PAULO/SP
B	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SIEMACO
C	Nº de meses de execução contratual	15
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
Copeiragem	Posto/dia	3
Anexo III-A – Mão-de-obra		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.850,07
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Serviços de Alimentação
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor expresso em reais (R\$)
A	Salário	R\$ 1.850,07
B	Adicional de Periculosidade	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Hora noturna adicional	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra	R\$ -
G	Intervalo Intra jornada	R\$ -
H	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 1.850,07
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		

	2 Benefícios Mensais e Diários	Valor expresso em reais (R\$)
A	Vale Transporte	
	Valor da tarifa de ônibus urbano + metrô (Integração)	R\$ 10,71
	Valor mensal	R\$ 444,47
	Participação do trabalhador (6%)	R\$ 111,00
	Subtotal Mensal	R\$ 333,46
B	Vale refeição	
	Valor mensal	R\$ 452,35
	Dia da categoria - 16 de maio	R\$ 1,82
	Participação do trabalhador	R\$ 28,84
	Subtotal Mensal	R\$ 425,32
C	Cesta básica	
	Valor mensal	R\$ 151,91
	Subtotal mensal	R\$ 151,91
D	Assistência Médica	
	Valor Mensal	R\$ 37,09
	Subtotal Mensal	R\$ 37,09
E	Benefício Social Sindical	
	Valor mensal	R\$ 16,75
	Subtotal Mensal	R\$ 16,75
F	Auxílio creche	
	Valor Mensal	R\$ 16,67
	Subtotal Mensal	R\$ 16,67
G	Norma Regulamentadora nº 07	
	Valor mensal	R\$ 11,79
	Subtotal Mensal	R\$ 11,79
H	Cesta básica II	
	Valor Mensal	R\$ 315,00
	Subtotal Mensal	R\$ 315,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 1.307,99
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS		
	3.1 Uniformes	Valor Mensal (R\$)
A	Vestimenta	
	Valor mensal	R\$ 102,06

Subtotal mensal			R\$ 102,06
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 102,06
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 370,01
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 27,75
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 18,50
D	INCRA	0,20%	R\$ 3,70
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 46,25
F	FGTS	8,00%	R\$ 148,01
G	Seguro Acid., Trabalho ou R.A.T.	3,00%	R\$ 55,50
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 11,10
TOTAL		36,800%	R\$ 680,82
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias			
4.2	13º Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º Salário	9,359%	R\$ 173,15
B	Adicional de Férias	3,037%	R\$ 56,19
Subtotal		12,396%	R\$ 229,34
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias (36,80% sobre o valor de 4.2 A + 4.2 B)		R\$ 84,40
TOTAL		12,396%	R\$ 313,74
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade			
4.3	Afastamento Maternidade:		Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,036%	R\$ 0,66
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade (36,80% sobre o valor do Afastamento Maternidade)		R\$ 0,24
TOTAL		0,036%	R\$ 0,90
Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão			
4.4	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	3,167%	R\$ 58,59
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado (8%)		R\$ 4,69
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,253%	R\$ 4,68
D	Aviso prévio trabalhado	0,009%	R\$ 0,17
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado		R\$ 0,06
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,000%	R\$ 0,01
G	Abono por aposentadoria		R\$ 5,14

		TOTAL	3,429%	R\$ 73,33
Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor (R\$)
A	Férias	9,112%		R\$ 168,58
B	Ausência por doença	1,535%		R\$ 28,40
C	Licença paternidade	0,037%		R\$ 0,68
D	Ausências legais	0,908%		R\$ 16,80
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,028%		R\$ 0,52
F	Outros (especificar)	0,000%		R\$ -
Subtotal		11,620%		R\$ 214,98
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição (36,80% sobre o Subtotal do submódulo 4.5)			R\$ 79,11
TOTAL		11,620%		R\$ 294,09
Quadro – resumo – Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas				
4	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas			Valor (R\$)
4.1	13 ° salário + Adicional de férias			R\$ 313,74
4.2	Encargos previdenciários e FGTS			R\$ 680,82
4.3	Afastamento maternidade			R\$ 0,90
4.4	Custo de rescisão			R\$ 73,33
4.5	Custo de reposição do profissional ausente			R\$ 294,09
4.6	Outros (especificar)			R\$ -
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		TOTAL		R\$ 1.362,88
(M4.T) CUSTO TOTAL DA PLANILHA (FATURAMENTO) PRA EFEITO DE CÁLCULO DO MÓDULO 5 (M1+M2+M3+M4)				R\$ 4.623,00
MÓDULO 5 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		5,810%	R\$ 268,60
	CUSTO TOTAL DE FATURAMENTO + CUSTOS INDIRETOS			R\$ 4.891,60
B	Tributos			
	B.1 Tributos Federais			
	B.1 - A PIS		1,650%	R\$ 100,90
	B.1 - B COFINS		7,600%	R\$ 464,76
	B.2 ISS -Cidade de São Paulo		5,000%	R\$ 305,76
	B.3 Outros tributos (especificar)			
C	Lucro		7,200%	R\$ 352,20
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 1.492,22
Anexo III – B – Quadro-resumo do Custo por Empregado				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)

A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 1.850,07
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.307,99
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ 102,06
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.362,88
Subtotal (A + B +C+ D)		R\$ 4.623,00
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.492,22
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 6.115,22
VALOR DO POSTO/DIA		R\$ 294,71

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO POSTO/DIA	VALOR TOTAL
1	Copeira/Copeiro	14397	Posto/dia	3 postos	R\$ 294,71	R\$ 275.185,50

MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTO DE USO CORRENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) x (B)
2	Carrinho de transporte	unidade	01	01	R\$ 583,33	R\$ 583,33
3	Pano de prato	unidade	02	30	R\$ 6,26	R\$ 187,80
4	Pano de chão	unidade	02	30	R\$ 4,81	R\$ 144,30
5	Detergente líquido	frasco 500 ml	04	60	R\$ 2,48	R\$ 148,80

6	Esponja de limpeza	unidade	02	30	R\$ 1,74	R\$ 52,20
7	Álcool Líquido 70%	frasco 1 litro	01	15	R\$ 13,96	R\$ 209,40

INSUMOS DE USO CORRENTE

ITEM	PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE E MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL (15 MESES) (A)	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR TOTAL (C) = (A) x (B)
8	Açúcar refinado	Kg	20	300	R\$ 4,33	R\$ 1.299,00
9	Açúcar em sachê	pacote	100	1500	R\$ 0,07	R\$ 105,00
10	Adoçante em sachê	Pacote	50	750	R\$ 0,26	R\$ 195,00
11	Adoçante líquido	Frasco	08	120	R\$ 4,74	R\$ 568,80
12	Café em pó, torrado e moído	Kg	100	1500	R\$ 144,24	R\$ 216.360,00